

O MESTIÇO COMO RETÓRICA: O RACISMO E A IDENTIDADE BRASILEIRA NA OBRA DE LILIA SCHWARCZ

Micheli Longo Dorigan (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Hilton Costa (Orientador), e-mail: angolapr@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área: Sociologia Subárea: Outras Sociologias Específicas

Palavras-chave: Pensamento Social; Relações Raciais; Lilia Schwarcz

Resumo

A presente pesquisa busca analisar e compreender a discussão a respeito da identidade brasileira, fortemente atrelada a mestiçagem, e sua concomitante relação com a questão racial no Brasil na obra de Schwarcz. Para isso, a pesquisa se pauta no texto da autora *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012). Metodologicamente, baseia-se em abordagens antropológicas e históricas, a fim de entender o diálogo entre estrutura e história desse problema tão presente em nossa sociedade. Os resultados indicam que, contrariamente a noção de democracia racial, a miscigenação não representa um sinônimo imediato de ausência de preconceito. Em contrapartida, o tema permanece um tabu, e constitui um tipo particular de racismo, que acontece na intimidade, o “Preconceito de ter preconceito”, de Florestan Fernandes (2013), com esse sendo negado e atribuído ao outro simultaneamente. Desse modo podemos pensar em como o mito da democracia racial se manteve com as mudanças na estrutura, numa reorganização do passado no presente, traduzido na esfera privada.

Introdução

A imagem do negro e do mestiço sempre teve grande espaço de discussão no cenário brasileiro, frequentemente associada a aspectos negativos. Contudo, a partir da década de 1920, com um projeto de constituição da nacionalidade e identidade do país, realizou-se um processo de desafricanização de inúmeros elementos culturais, o que fez com que o mestiço, assim como símbolos antes estigmatizados, tornasse-se referência da identidade nacional. Entretanto, a situação da população negra e mestiça brasileira não melhorou muito, e tal atitude possibilitou ainda, uma confirmação a conhecida “democracia étnica”¹ de Gilberto Freyre (2003). Em

¹Ideia de que a miscigenação teria contribuído para a democratização social no Brasil. Assim os indivíduos de raças diferentes poderiam conviver harmonicamente.

vista disso, o tema até hoje permanece um tabu, naturalizado e enraizado em nossa estrutura, constituindo um tipo particular de racismo, onde existe o “preconceito de ter preconceito”, na famosa expressão de Florestan Fernandes (2013), com esse sendo negado e atribuído ao outro simultaneamente.

Nessa perspectiva, apesar de sempre retornarmos a mistura racial, ao pensar na identidade brasileira, pouco se fala ou se questiona sobre raça no senso comum, e sempre que surge algum problema, é logo atribuído ao âmbito pessoal. É dessa maneira que, Lília Schwarcz, em pesquisa realizada em 1988, explica o fato dos brasileiros sentirem viver numa ilha de democracia racial, onde existem, todavia, pessoas racistas. Assim, 97% dos entrevistados afirmaram não possuir preconceito, enquanto 98% conheciam pessoas, sobretudo, próximas que o possuíam. Em 1995, em pesquisa semelhante da Folha de São Paulo, 89% das pessoas participantes, concordaram com a existência do preconceito de cor, e só 10% admitiram tê-lo, embora 87% o apresentavam de alguma forma. O estudo foi repetido em 2011, mostrando resultados parecidos, o que mostra como no Brasil, o preconceito sempre é atribuído ao outro.

Tais assuntos são trabalhados e discutidos na obra de Lília Schwarcz, referência na discussão do pensamento racial brasileiro, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012) cuja primeira versão aparece na obra *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (1998).

Revisão de Literatura

A orientação metodológica da pesquisa, se pautará majoritariamente nos pressupostos de Marshal Sahlins (1990), na combinação das análises antropológicas e históricas, sincrônicas e diacrônicas. Assim, dialogando com o modelo estrutural, no que tange a sua significância e permanência, assim como o contexto, a cultura e a história, a fim de entender como, a mestiçagem e o preconceito de cor, concorrem estrutural e dinamicamente, para a perpetuação do passado no presente.

Resultados e Discussão

Desse modo, podemos refletir, como a partir da década de 30, as teorias pessimistas atreladas a miscigenação, se dissimulam e dão lugar ao ícone de representação da identidade nacional: o mestiço. Formalizada na obra de Gilberto Freyre (2003), que deu base ao mito gestado pelo Estado, em que a convivência entre os diversos grupos raciais era harmoniosa, e que a mestiçagem seria a principal característica brasileira. Assim, o intercâmbio cultural, que na prática constituía mais um processo de assimilação cultural, concretizou a imagem de um país multifacetado. Além de os elementos da cultura africana antes estigmatizados, e até mesmo proibidos, emergem

como orgulho nacional, sem a mesma valorização das populações negras e mestiças, que continuariam em posições desiguais na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário um esforço de perceber o que os símbolos nacionais, revelam, a fim de entender a ideologia da miscigenação e da ausência de preconceito como pilares fundamentais na compreensão nosso pensamento social, na forma de mitos estruturais. Desse modo, segundo Beredict Anderson (1991) o diálogo entre mitos e símbolos compartilhados com o passado, constituem elementos essenciais para a criação de uma nacionalidade imaginada, onde é produzida uma memória social capaz de agrupar indivíduos de um país.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, e o processo de descolonização do domínio europeu nos países da África, acontece uma mudança mais radical de paradigmas. A experiência dos atritos e embates internacionais, apresentou as pessoas o futuro de um mundo carregado de ódio ligados a termos raciais e nacionais. Desse modo, junto com o perecimento dos ideais de “boa colonização” do imperialismo europeu, irrompem diversas críticas as concepções deterministas de raça. É nesse sentido que é criada a Unesco, em 1945, pela ONU, cujos princípios deveriam pautar-se na defesa da paz mundial, e da diversidade racial, assim como na luta contra o racismo científico.

Nessa época, a instituição promovia diversos seminários a fim de discutir tais questões. Freyre, também foi parte ativa desses programas, além de propagar seu pensamento no exterior, por meio de palestras, conferências, artigos e publicações. Assim, fundamentado nas concepções de Freyre (2003), e tendo como base as diferentes relações raciais existentes no Brasil e nos Estados Unidos, a UNESCO acreditava existir no Brasil uma grande harmonia entre os grupos étnicos. É dentro dessa perspectiva que surge, na década de 1950, o Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil, buscando um modelo de inspiração e exportação para outras nações. Dentre as análises mais reveladoras, destacam-se as de Florestan Fernandes (2013). Elas pretendiam esclarecer o imaginário de que a ausência de conflitos abertos entre os grupos, seriam índices de uma boa convivência racial. Segundo o autor, a abolição da escravidão, e a pressuposta igualdade nas leis e no trabalho, não teriam efeito transformador nos padrões tradicionais de acomodação racial. Além disso, a noção de tolerância racial presente no país, intensificaria a distância entre negros e brancos, uma vez que dada a inexistência de um problema racial, não seria necessário medidas e esforços para contorná-lo. Ainda, Fernandes nota a existência de um tipo particular de racismo vigente no Brasil: “o preconceito de ter preconceito”. Ele seria resultado da agência dos mores cristãos nos senhores, que adotariam uma postura ambígua, onde as orientações praticas eram totalmente adversas as obrigações ideias.

Contudo, além de evidenciar esse modo particular de preconceito, é necessário um esforço para entender a sua permanência e sua manutenção. Assim, segundo a autora, é na articulação das estruturas sociais e culturais, antropologia e história, sincronia e diacronia, que se deve buscar a

permanência e reinvenção dos significados. Ainda, essa interdisciplinaridade seria a peça chave na reflexão elaborada sobre a fabula das três raças. Nela, a estrutura da mestiçagem se manteve, embora transformando-se de acordo com contextos específicos, passando do romantismo, às teorias biológicas, e finalmente, á símbolo cultural da nação.

Conclusões

Desse modo, ao longo deste trabalho, foi possível iniciar um processo de análise e compreensão, sobre a discussão da identidade nacional, fortemente atrelada a mestiçagem, e sua concomitante relação com o preconceito de cor no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que ao contrário da ideia presente no mito da democracia racial, a miscigenação não representa um sinônimo imediato da ausência de preconceito. Em vista disso, o tema até hoje permanece um tabu, naturalizado e constantemente rearranjado em nossa estrutura, constituindo um tipo particular de racismo, que acontece na intimidade. Na expressão de Florestan Fernandes (2013), o “preconceito de ter preconceito”, com esse sendo negado e atribuído ao outro simultaneamente. Assim, apesar de não se declarar racista, quase todo brasileiro conhece alguém que seja, e não obstante o “baixo” índice de manifestações públicas de caráter discriminatórios o mesmo se mantém presente nas infinidades das relações cotidianas. Desse modo podemos pensa em como o mito da democracia racial se manteve com as mudanças na estrutura, numa reorganização do passado no presente, traduzido na esfera privada.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa PIBIC/CNPq-FA-UEM, e por tornar possível a realização dessa pesquisa.

Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- FERNANDES, F. **O Negro no mundo dos brancos**. 1. ed. digital. São Paulo: Editora Global. 2013.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Editora Global, 2003.
- SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
- SCHWARCZ, L. K. M. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.